
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 196/12 de 30 de Agosto

Considerando que a gestão dos resíduos constitui um indicador do nível de desenvolvimento da sociedade, na medida em que resultam da maioria das suas actividades de produção e consumo, e reflectem as eficiências do sistema económico de cada País;

Sendo a gestão efectiva e eficiente dos resíduos um factor que garante a melhoria da qualidade de vida das populações e a protecção do meio ambiente;

O presidente da República decreta, nos termos da alínea b) do artigo 120.º e do n.º 1 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o seguinte:

Artigo 1.º — É aprovado o Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos Urbanos, abreviadamente designado por PESGRU, anexo ao presente Decreto Presidencial e que dele é parte integrante.

Artigo 2.º — As dúvidas e omissões que resultarem da interpretação e aplicação do presente Diploma são resolvidas pelo Presidente da República.

Artigo 3.º — O presente Decreto Presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 18 de Julho de 2012.

Publique-se.

Luanda, aos 9 de Agosto de 2012.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

PLANO ESTRATÉGICO PARA A GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS (PESGRU)

Introdução

O presente plano estabelece uma nova filosofia para a gestão de resíduos em Angola, constituindo um suporte essencial ao processo de desenvolvimento sustentável que a sociedade e a economia do país têm vindo a percorrer.

1. Enquadramento e objectivos do PESGRU.

A importância da gestão de resíduos urbanos no desenvolvimento das nações.

A Cimeira do Rio + 20, realizada em Junho de 2012 e que regressou ao Brasil passados vinte anos da “Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento”, realizada no Rio de Janeiro em 1992, pretendia um consenso alargado sobre as medidas globais para a salvaguarda do futuro do planeta e da qualidade de vida das gerações vindouras. A Cimeira confirmou o compromisso dos Estados para alcançar um entendimento universal quanto ao modelo de desenvolvimento, que ultrapasse o horizonte dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.

No contexto, a gestão dos resíduos constituem um indicador do nível de desenvolvimento da sociedade, na medida em que resultam da maioria das suas actividades de produção e consumo, e reflectem as (in)eficiências do sistema económico de cada país. O sistema económico metaboliza os recursos naturais e rejeita para o ambiente o que não utiliza, nomeadamente os resíduos.

Os resíduos constituem um dos problemas mais complexos da sociedade moderna, com o seu crescimento, paralelo ao desenvolvimento económico, e as dificuldades inerentes à sua gestão a assumirem um grande relevo político e social.

Neste sentido, é essencial dissociar o crescimento económico do consumo de materiais e da produção de resíduos, mediante a reintrodução de materiais em fim-de-vida no sistema económico, através do aumento da valorização dos resíduos, enquanto matérias-primas secundárias que substituem recursos naturais.

A dinamização do sector da valorização dos resíduos contribui, significativamente, para a melhoria do bem-estar da população em geral e promove a criação de empregos no sector da reciclagem e nas actividades subsidiárias, o que vai de encontro com os princípios norteadores da “Economia Verde”.

Enquadramento do PESGRU nos desafios do país.

O estado de desenvolvimento ambiental de Angola ainda reflecte os efeitos da guerra civil, com infra-estruturas e serviços de saneamento que, apesar da sua optimização no passado recente, ainda não respondem às necessidades da

população, com os potenciais riscos que daí advêm tanto para a qualidade ambiental como para a saúde pública.

Com este quadro, tornava-se imperativa uma mudança de paradigma. Neste sentido, e uma vez estabelecidas as prioridades do período pós-guerra, a República de Angola empenhou-se na prossecução de políticas e medidas alinhadas com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), ratificados durante a Cimeira do Milénio - Setembro de 2000, com vista à redução da pobreza, melhoria da saúde e promoção da paz, dos direitos humanos, bem como da igualdade de género e da sustentabilidade ambiental, no horizonte 2015 a 2020.

Cumulativamente, o programa “Angola 2025 - um país de futuro” prevê um conjunto de iniciativas e define objectivos que exigem que exista no país uma adequada gestão de resíduos.

Neste âmbito, o Governo de Angola está a implementar um programa de reconstrução, capacitação e alargamento da cobertura das infra-estruturas fundamentais a todo o território (saneamento ambiental, qualificação dos cidadãos e o reforço da capacidade institucional).

No entanto, a gestão inadequada dos resíduos continua a constituir um factor crítico, com impactes negativos para o ambiente e para a saúde pública. As soluções implementadas deverão ser revistas e objecto de maior articulação entre si, tendo em vista garantir a abrangência e o nível de serviço ambicionado pelos decisores políticos e pela população.

Âmbito e objectivos do PESGRU.

Deste modo, o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Urbanos (PESGRU) é o instrumento de referência a nível nacional para gestão de resíduos urbanos, definindo um conjunto fundamentado de propostas de actuação, suportando os responsáveis políticos na tomada de decisões, e orientando os principais actores sobre as opções estratégicas.

A implementação do PESGRU permitirá conciliar a resolução de um problema ambiental e de saúde pública, com o reforço institucional e com os interesses e expectativas dos vários parceiros da sociedade civil - decisores, cidadãos/utentes dos serviços, técnicos, operadores económicos/prestadores dos serviços, comunicação social e associações sectoriais.

O PESGRU visa ainda reforçar a responsabilização dos produtores na melhoria da gestão dos seus resíduos, contribuindo para a minimização dos impactes ambientais e para a melhoria da saúde pública, e subsidiariamente, para a criação de oportunidades económicas.

2. Metodologia adoptada no desenvolvimento do plano

A elaboração do PESGRU decorreu num âmbito temporal relativamente curto para responder com rapidez à premência do país em definir uma estratégia para a resolução da problemática da gestão dos resíduos urbanos. Neste contexto, adoptou-se uma abordagem assente em 4 fontes fundamentais de informação, permitindo a recolha expedita dos dados de base necessários, sem comprometer a sua robustez e garantindo assim a qualidade das recomendações propostas.

a) Inquéritos.

Um dos mecanismos de recolha de informação consistiu no envio pelo Ministério do Ambiente de um inquérito sobre a gestão de resíduos a todos os Governos Provinciais de Angola que foram encarregues de assegurar o preenchimento dos inquéritos a nível municipal e de centralizar e atestar a bondade das respostas para posterior reencaminhamento à Direcção Nacional do Ambiente. No total foram obtidas respostas correspondentes a 72% das Provincias, 36% dos Municípios, e 56% da população.

b) Contributos de empresas do sector

O plano foi ainda enriquecido com informação cedida por empresas em operação no sector, tanto no que se refere a práticas utilizadas, como a custos da actividade. Neste contexto, importa salientar a colaboração das empresas Elisal (gestão do sector em Luanda), SEAS (gestão do Aterro de Mulenvos), AmbiÁfrica (operadora de recolha em Benguela), Bashen (fiscalizadora em Benguela) e Resurb (operadora de recolha no Huambo).

c) Visitas de campo.

Foram ainda realizadas visitas de campo a algumas Provincias, permitindo também o contacto directo com responsáveis chaves para partilha de experiências e validação da viabilidade de potenciais iniciativas a implementar.

Foram seleccionadas para as visitas de campo as Provincias de Luanda, Benguela e Huambo, em virtude de serem zonas do país com capitações e volumes de produção bastante elevados, com maiores desafios na gestão de resíduos urbanos, e com práticas avançadas já implementadas com potencial de serem replicadas noutras zonas do país.

No âmbito destas visitas de campo, foi ainda possível o contacto com a realidade de cidades mais pequenas, como Sumbe, Porto Amboim, Cubal, Ganda e Caála, bem como pequenas aldeias e vilas de reduzida densidade *populacional*.

d) Informação bibliográfica.

Para além da informação disponibilizada por entidades públicas e privadas do sector, foi necessário aceder a outras fontes para complementar a informação recolhida e reunir elementos adicionais necessários à elaboração do plano.

Para o efeito, foi consultada informação bibliográfica de fontes de referência, tanto nacionais (nomeadamente, Ministério do Ambiente e Instituto Nacional de Estatística), como internacionais (por exemplo, Fundo Monetário Internacional e Nações Unidas).

Em termos de experiências relevantes de outros Países, analisou-se em pormenor a experiência de Portugal na melhoria da gestão de resíduos nos últimos vinte anos, e para atestar a qualidade das projecções e compilar boas práticas no contexto da gestão de resíduos, foi consultada informação de países com características económicas e/ou demográficas semelhantes a Angola e com experiências bem-sucedidas neste contexto, designadamente Brasil e África do Sul.

3. Estrutura do plano

Contexto geral do país e situação de referência em matéria de gestão de resíduos.

Em termos metodológicos, o PESGRU teve como ponto de partida o diagnóstico da situação de referência, contemplando a análise de diversos descritores da realidade de Angola, e a caracterização e análise crítica da realidade do país em matéria de gestão de resíduos.

Ao nível do contexto de Angola, analisaram-se variáveis endógenas, como características climáticas e geológicas, factores socioeconómicos e infra-estruturas. Os elementos analisados, ainda que nem todos com a mesma relevância, condicionam a definição da estratégia ao nível, por exemplo, de tecnologias a implementar para uma adequada gestão dos resíduos urbanos, e influenciam os custos de investimento e operação.

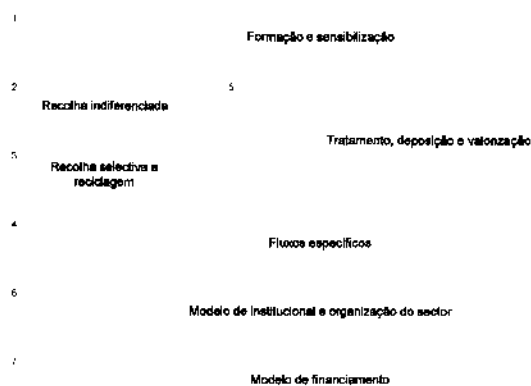
No que concerne ao contexto de Angola em matéria de gestão de resíduos, procedeu-se à quantificação dos resíduos

produzidos e determinação da respectiva composição, bem como à caracterização das infra-estruturas, práticas adoptadas, legislação aplicável e modelos de gestão adoptados.

Orientações estratégicas do PESGRU.

A nova filosofia de gestão de resíduos preconizada para Angola consubstancia-se nos sete eixos estratégicos apresentados abaixo.

Figura 1 - Eixos estratégicos do PESGRU



Estes eixos estratégicos endereçam todas as matérias passíveis de impactar a eficácia e eficiência da gestão de resíduos em Angola, desde a formação de recursos humanos e sensibilização da população, ao enquadramento legal e financiamento do sistema, passando pela definição de soluções e práticas a adoptar ao longo da cadeia de valor.

Para cada um dos eixos estratégicos do PESGRU, foram definidos objectivos claros, metas realistas e monitorizáveis, e iniciativas específicas a implementar, constituindo estes elementos as bases estratégicas da nova política de gestão de resíduos.

Esta definição tem em conta os ciclos governativos bem como os milestones e horizontes temporais do programa “Angola 2025, um país de futuro” (até 2025) e dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (2015 e 2020), encontrando-se alicerçada na hierarquia dos princípios da gestão de resíduos (prevenção de resíduos, reutilização de produtos, reciclagem, valorização e eliminação) e em critérios de protecção ambiental, equidade (abrangência da generalidade do território), exequibilidade técnica, viabilidade económica, e qualidade e eficiência do serviço.

III. Programa de implementação do PESGRU: “Angola Limpa”

No sentido de dotar o PESGRU de uma perspectiva prática e orientada para a sua aplicação no terreno, as directrizes estratégicas propostas foram consubstanciadas num programa de implementação designado de “Programa Angola Limpa”.

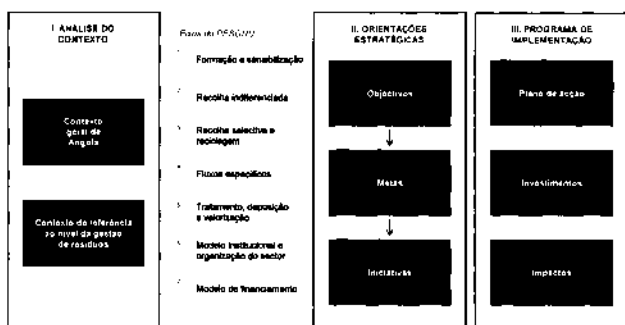
Este programa estabelece as linhas de orientação em matéria de calendarização das acções, estima o esforço financeiro exigido ao país e projecta os impactos positivos que advirão da implementação da estratégia proposta.

Importa sublinhar que não foi objectivo do processo de elaboração deste plano efectuar um diagnóstico exaustivo da situação actual nem estabelecer de forma detalhada as opções a implementar. O PESGRU é o elemento que orienta, mas não substitui, os necessários Planos de Acção de âmbito provincial ou municipal, focando-se em garantir a consistência e articulação destes planos operacionais, bem como o seu alinhamento com uma filosofia comum.

Em síntese, o PESGRU parte da caracterização da situação de referência de Angola para estabelecer as orientações estratégicas que deverão nortear as opções de gestão a adoptar nesta matéria, lançando as bases para a sua implementação através da criação do “Programa Angola Limpa”.

Figura 2 – Estrutura do PESGRU

Figura 2 - Estrutura do PESGRU



I. Contexto Nacional

Contexto geral do país e situação de referência em matéria de gestão de resíduos.

I.1 Contexto Geral

I.1.1 Território e organização administrativa

O território angolano tem uma área total de 1.246.700 km² e encontra-se dividido em 18 Províncias, que se subdividem em Municípios e Comunas.

I.1.1.1. Território

O território da República de Angola fica situado na costa ocidental da África Austral, fazendo fronteira com República Democrática do Congo, Namíbia, Zâmbia e República do Congo (Brazaville). Com uma área total de 1.246.700 km², Angola é um dos maiores países da África Subsaariana.

O país encontra-se dividido em 18 Províncias e tem a sua capital na cidade de Luanda, situada na Província de Luanda que, ocupando uma superfície de aproximadamente 2.257 km², representa cerca de 0,2% da superfície do território nacional.

Figura 3 - Mapa administrativo de Angola



I.1.2 Organização administrativa

Segundo o Decreto-Lei n.º 2/07, os órgãos da Administração Local são responsáveis por implementar as orientações políticas do Governo Central para o desenvolvimento social e económico, e promover os interesses da população local.


A reportar directamente à Administração Central encontram-se os Governos Provinciais, administrados pelos Governadores e Vice-Governadores, nomeados pelo Presidente da República. Aos Governos Provinciais respondem várias Administrações Municipais, 160 no total, e a estas, por sua vez, 557 Administrações Comunitárias.

O orçamento provincial e municipal é atribuído pelo Governo sob proposta dos Ministérios da Administração do Território e das Finanças, havendo directrizes para que cerca de 60% do orçamento municipal se destine a despesas com as infra-estruturas sociais e económicas locais.

De referir que, também existem as autoridades tradicionais, sobas, que representam e defendem os interesses das comunidades. As autoridades tradicionais são um importante elemento para a governação, apesar de não figurarem do ponto de vista jurídico no sistema de organização administrativa, os sobas têm um papel importante na interacção das comunidades e com as Administrações Locais, Governos Provinciais e do Governo Central.

Figura 4- Níveis da organização administrativa

Níveis de administração	Principais responsabilidades
Adm. Central	<ul style="list-style-type: none"> Nomear a Administração e atribuir orçamento às instituições provinciais e municipais Definir as políticas a aplicar pelos órgãos locais
Províncias	<ul style="list-style-type: none"> Executar a política do Governo Central a nível provincial Coordenar as agências do Governo Central no território (Direcções e Delegações Provinciais) Supervisionar as Administrações Municipais e Comunais
Municípios	<ul style="list-style-type: none"> Executar as deliberações do Governo da Província e as decisões do Governador em seu território Intervir com maior incidência nas áreas económica e social



1.2 Recursos Naturais

1.2.1 Clima

De uma forma geral, verifica-se em todo o país a existência de duas estações distintas, típicas dos climas tropicais:

- A estação seca e fresca, denominada “Cacimbo”, entre Junho e Setembro; e
- A estação quente “das chuvas”, que decorre de Outubro a fins de Maio.

Em determinadas regiões, a estação das chuvas é por vezes interrompida, entre Dezembro e Fevereiro, por um curto período de seca conhecido por “pequeno cacimbo”.

A temperatura média anual varia entre o mínimo de 15°-20°C, na zona planáltica e ao longo do deserto do Namibe, e o máximo de 25°-27°C na região da bacia do Congo e no filamento sub-litoral do norte do país.

A precipitação no país é influenciada pelo centro de altas pressões do Atlântico Sul, pela corrente fria de Benguela e pela altitude do território. Assim sendo, a precipitação média anual decresce de Norte para Sul e aumenta com a altitude e distância ao mar.

A precipitação média anual mais elevada é de 1.750 mm e regista-se no planalto, sendo a mais baixa de 100 mm na região desértica do Namibe.

1.2.2 Orografia

Quanto ao relevo, Angola é constituída, principalmente, por um maciço de terras altas, limitado por uma faixa de terras baixas cuja altura varia entre os 0 e os 200 metros.

Acima dos 200 metros encontram-se as montanhas e os planaltos, que vão aumentando gradualmente de altitude até atingir o planalto central, cujas altitudes médias variam entre os 1.200 e os 1.600 metros. É exactamente no planalto central onde se situa o ponto mais alto do país, o Morro Môco com 2.620 metros de altitude.

1.2.3 Composição dos solos

O solo em Angola apresenta uma componente arenosa significativa, cobrindo cerca de 57% do território, e sendo esta tipologia a mais verificada nas zonas interiores do país. Este tipo de solos apresenta maior porosidade e, portanto, maior capacidade de absorção de fluidos.

Na zona litoral e no nordeste do país (designadamente em Luanda) verifica-se a presença de terrenos predominantemente argilosos.

1.2.4 Recursos geológicos

O território angolano é muito rico em recursos geológicos. Entre os recursos com maior potencial de exploração encontram-se: o petróleo, os diamantes, o ferro, o cobre, o ouro, o urânio, o zinco, o chumbo, o volfrâmio e o estanho.

A indústria petrolífera e, em menor escala, a indústria de exploração de diamantes contribuem de forma muito significativa para a riqueza e o desenvolvimento do país. Contudo, a restante indústria mineira encontra-se ainda num estágio embrionário devido, em alguns casos, aos efeitos da guerra civil.

1.2.5 Rede hidrográfica

A posição geográfica de Angola proporciona uma grande potencialidade em termos de recursos hídricos. O escoamento superficial é estimado em 140 km³ por ano, enquanto a disponibilidade potencial de águas subterrâneas é de 58 km³/ano.¹

A origem dos grandes recursos hídricos superficiais de Angola encontra-se nos topos planálticos do Huambo, Bié e Moxico, escoando uma parte para o Oceano Atlântico (rios Zaire, Kwanza e Cunene) e outra para o Oceano Índico (rios Zambeze, Kuando e Kubango).

Os recursos hídricos subterrâneos encontram-se nos aquíferos do litoral que têm uma profundidade média entre 5 e 30 metros, nos aquíferos da região do planalto central

¹ Ministério do Urbanismo e Ambiente. Relatório do Estado Geral do Ambiente em Angola. 2006

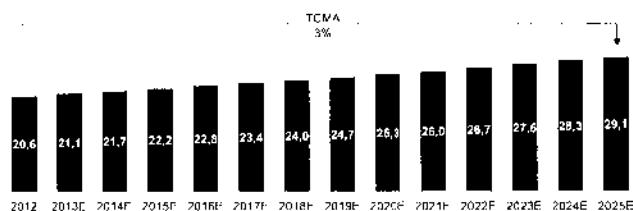
com profundidade média entre 10 e 30 metros, e nos aquíferos das zonas semi-áridas (Cunene) com profundidades da ordem dos 200 metros ou superior.

1.3 Demografia
1.3.1 População

Globalmente, o território angolano apresentava, em 2010, uma densidade populacional de cerca de 15 habitantes por km². Esta densidade é baixa quando comparada com a média, do mesmo ano, na África Subsariana que se estimava em, aproximadamente, 36 habitantes por km².

Prevê-se que, até 2025, a população angolana cresça a uma taxa de crescimento médio anual (TCMA) de 3%, atingindo cerca de 29,1 milhões de habitantes nesse ano, um aumento de cerca de 41% face aos actuais 20,6 milhões. Neste cenário, a densidade populacional evoluirá para cerca de 23 habitantes por km².

Figura 5 - Evolução populacional (em milhões de habitantes)

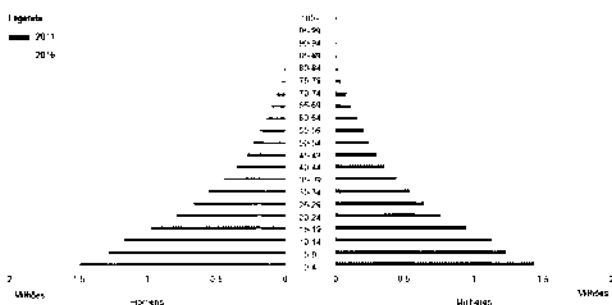


TCMA – Taxa de crescimento médio anual
E – Estimado

Fonte: Estimativa da equipa de projecto do PENSURE

É também expectável que a população mantenha uma estrutura semelhante à actual, ou seja, mais de 50% dos habitantes terá idade inferior a 19 anos.

Figura 6 - Estrutura etária da população



Fonte: US Census Bureau, www.census.gov

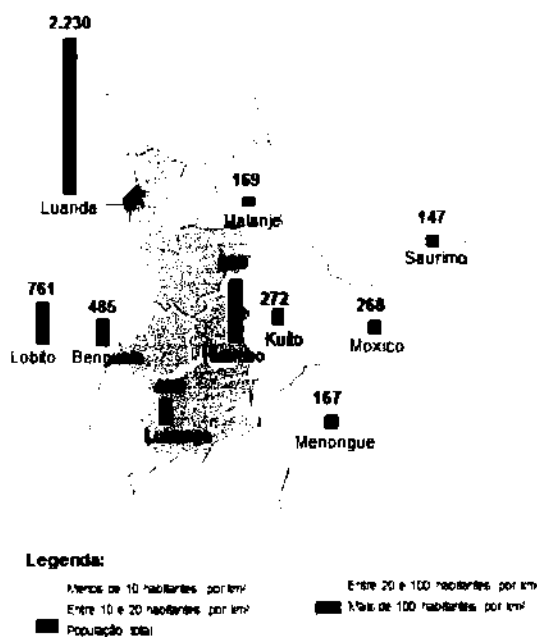
1.3.2 Concentração da população

Actualmente, existem em Angola cerca de 10 grandes centros urbanos, nos quais se concentra grande parte da população, os quais distam entre si cerca de 200 a 600 km.

O principal pólo populacional é indiscutivelmente o Município de Luanda, onde se estima que estejam concentrados cerca de 2,2 milhões de habitantes, o equivalente a cerca de 11% da população total e se considerar a Província de Luanda, a população assume um peso de 29%.

Figura 7 - Distribuição populacional, em 2012

(população do Município em milhares de habitantes)



Nota: A área de Luanda tem em consideração a nova estrutura da Província incluindo os Municípios de Icolo e Bengo e Quicongo

Fonte: População - Estimativa da equipa de projecto do PENSURE - Densidade - Info-Angola www.info-angola.net; Geo Live Statistics, www.geolive.com

O conflito militar explica, em parte, a distribuição demográfica no país. Uma grande parte da população foi forçada a abandonar as suas áreas de origem e a deslocar-se para as zonas menos afectadas pelo conflito, fundamentalmente na faixa litoral, onde ainda hoje se mantém. Actualmente, o dinamismo da economia nas cidades, sobretudo em Luanda, continua a atrair a população de outras zonas do país.

Este crescimento urbano associado ao êxodo da população rural deu-se, na maior parte dos casos, sem o desejável planeamento do território. Como consequência, verificou-se um aumento da pressão sobre as estruturas existentes e o surgimento de problemas como o congestionamento, a insuficiência de saneamento básico e a poluição. De referir ainda a proliferação, em algumas cidades, de assentamentos habitacionais precários, denominados musseques.

A reintegração de cerca de 100.000 Angolanos retornados desde 2011 dos países vizinhos como a República Democrática do Congo, Zâmbia e Namíbia, aonde eram refugiados de guerra, é também um factor que influencia o crescimento urbano.

Para dar resposta aos desafios enfrentados pela população no acesso à habitação condigna, o Executivo Angolano implementa desde 2009 um programa habitacional com a meta de construção de um milhão de casas que têm resultado no aumento de oferta de habitações, na construção de novas centralidades como a Nova Cidade Kilamba Kiaxi, e na urbanização e requalificação dos musseques.

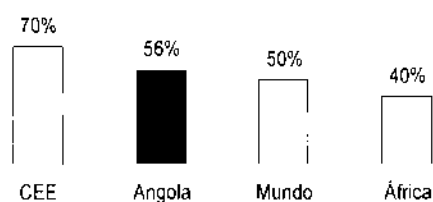
1.3.3 Taxa de população urbana

Os dados mais recentes estimam que a taxa de população urbana seja de 58%, com cerca de 13,4 milhões de pessoas a viverem em zonas urbanas.

É expectável que, até 2025, a taxa de população urbana atinja os 67%, em consequência do crescimento anual da população em zonas urbanas na ordem dos 4%, face à taxa de crescimento estimada para a população rural de 0,6%/ano. Estes valores aproximam-se da taxa de população urbana verificada na África do Sul (62%) e na Tunísia (67%) em 2010.

Figura 8 - Taxa de população urbana

(estimativa para 2012 em Angola; 2009 para os restantes)



Fonte: Angola: Estimativa da equipa de projecto do PISGR1; CEE: Mundo e África: UNICEF - www.unicef.org

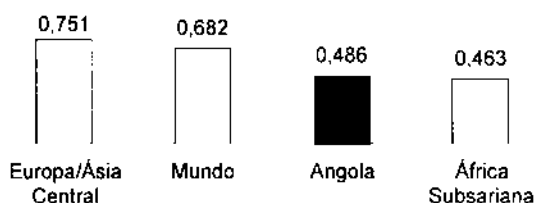
1.4 Desenvolvimento

1.4.1 Índice de desenvolvimento humano

O índice de desenvolvimento humano (IDH) é uma medida comparativa entre países, usada para aferir, globalmente, o grau de desenvolvimento de um país. Na base deste cálculo encontram-se indicadores como a esperança média de vida, o nível de educação e o PIB.

Em 2011, Angola ocupava o 148.º lugar no ranking mundial do IDH que compreende 187 países. Apesar deste posicionamento se ter deteriorado face a anos anteriores (146.º em 2010 e 143.º em 2009), devido em grande parte as alterações no sistema de ranking praticado pelo PNUD, verificou-se uma melhoria consistente no valor do índice para 0,486 (0,482 em 2010 e 0,481 em 2009), permanecendo acima da média da África Subsariana.

Figura 9 - Índice de desenvolvimento humano em 2011



Fonte: UNDP - hdrstats.undp.org

1.4.2 Poder económico

Como já referido anteriormente, o conflito militar teve repercussões muito graves na sociedade e na economia angolana e que, aliadas a outros factores políticos, económicos e sociais, contribuem para a problemática da pobreza no país estima-se que cerca de 37% da população angolana viva abaixo da linha nacional de pobreza.

Para alterar a situação o Executivo Angolano tem implementado acções concretas para combater a pobreza

das quais se destacam a revisão em 2005 da Estratégia de Combate à Pobreza, a aprovação em 2009 do Plano de Acção de Médio Prazo para reduzir a pobreza no país e atingir os Objectivos do Milénio, e a implementação de programas chaves como Programa de Combate a Pobreza e Desenvolvimento Rural, o Programa Água para Todos, e Programa de Empreendedorismo na Comunidade.

1.4.3 Saúde

As infra-estruturas de saúde também foram afectadas pelo conflito militar e, apesar do esforço de investimento realizado no sector nos últimos anos, algumas ainda se encontram degradadas. Verifica-se uma insuficiência ao nível de equipamentos e medicamentos, e o fornecimento de energia não é constante.

A escassez de recursos humanos é também uma realidade. Segundo dados de 2009 do Ministério da Saúde, estima-se que existam 0,17 médicos (incluindo estrangeiros), 1,74 enfermeiros e 0,32 técnicos de saúde por cada 1.000 habitantes.

Por outro lado, alguns dos problemas de saúde que o país enfrenta prendem-se com causas provenientes do meio ambiente. Cerca de 42% da população já tem acesso a água potável e 60% utiliza infra-estruturas sanitárias adequadas, mas nas áreas rurais, as proporções decrescem para 23% e 32%, respectivamente. Nas cidades, as populações semiurbanas (em especial nos musseques) ainda enfrentam graves problemas devido à águas paradas e lixo amontoado que não é recolhido devido a insuficiências no sistema de recolha de resíduos.

A esperança de vida à nascença em Angola melhorou nos últimos anos para 51,1 anos, aproximando-se da média da África Subsariana de 54,4 anos.

O Executivo Angolano está a implementar vários importantes programas com apoio dos seus parceiros institucionais, como o Programa de Revitalização dos Serviços de Saúde Municipais, o Programa de Controle da Malária, o Programa de Erradicação da Pólio, Programa do Saneamento Total Liderado pela Comunidade, e outros, que visam melhorar a situação de saúde e do bem estar da população.

1.5 Contexto Económico

Nos últimos anos, o Produto Interno Bruto (PIB) angolano cresceu acentuadamente, apoiado no desenvolvimento da indústria petrolífera. É expectável que a tendência de crescimento se mantenha no futuro, mas a um ritmo menos elevado e mais apoiada no desenvolvimento dos sectores não petrolíferos.

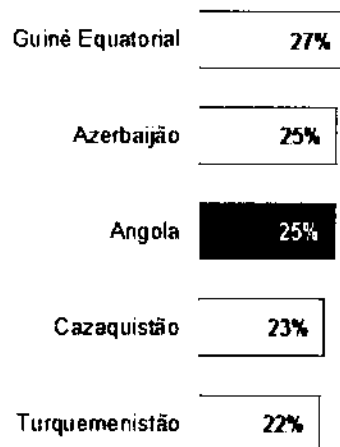
O desenvolvimento destes sectores é fundamental para reduzir a dependência das actividades petrolíferas e a vulnerabilidade face a flutuações do preço do petróleo. É também importante como mecanismo de desenvolvimento económico e diminuição das disparidades a nível regional.

1.5.1 PIB

No início da última década, Angola desenvolveu um sistema político estável, demonstrando, desde então, um

acentuado crescimento económico. Entre 2000 e 2010, a taxa de crescimento médio anual do PIB foi de 25%, o que representou o terceiro maior crescimento económico a nível mundial.

Figura 10- Países com maiores taxas de crescimento médio anual do PIB no período 2000-2010



Fonte: World Bank www.data.worldbank.org

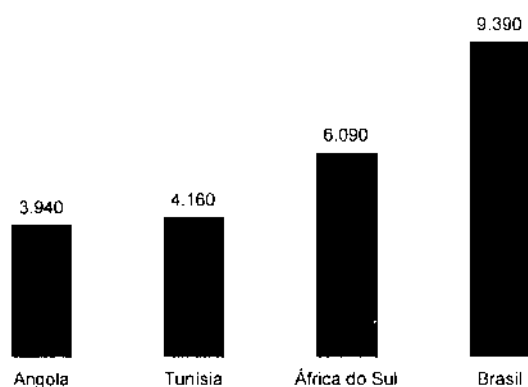
Após este período de elevado crescimento económico, espera-se uma desaceleração da economia, fruto da crescente maturidade de alguns sectores de actividade e da situação económica internacional. Não obstante, estima-se que até 2016 a economia angolana cresça a uma taxa real média de 6,1%, que compara com um crescimento mundial médio esperado de 3%, e um crescimento médio estimado para a zona da África Subsariana de 5%.

1.5.2 PNB

De 2007 a 2010, o Produto Nacional Bruto per capita cresceu, em média, 14% ao ano, evoluindo para um valor de 3.940 USD em 2010, o qual é ainda inferior ao verificado na Tunísia (cerca de 4.000 USD) e da África do Sul (cerca de 6.000 USD). Prevê-se, contudo, a manutenção da taxa de crescimento e a atenuação das diferenças identificadas.

Figura 11 - PNB per capita 2010

(em USD)



Fonte: The World Bank www.data.worldbank.org 2010

1.6 Rede de infra-estruturas

As infra-estruturas do país foram severamente danificadas durante o conflito militar e, apesar do investimento realizado na reabilitação de alguns sectores, o seu estado de degradação continua a ser um obstáculo ao desenvolvimento do país.

A dificuldade em acompanhar o rápido ritmo de crescimento que se tem verificado em Angola também contribuiu para o encarecimento dos custos de investimento no país e poderá afectar também os custos de gestão de resíduos urbanos.

1.6.1 Infra-estruturas de transporte rodoviário

Uma grande parte das rodovias que integram a rede actual de estradas angolana foi construída antes da independência, tendo sido danificada durante o conflito militar e/ou alvo de pouca manutenção.

A rede fundamental e complementar de estradas tinha, em 2001, uma extensão total de cerca de 50.000 km, dos quais apenas 11% se encontram pavimentados, pelo que, nos últimos anos, têm sido realizados vários investimentos na recuperação destas infra-estruturas. Até 2011, foram reabilitados cerca de 6.200 km de estradas, estando planeados, entre 2011 e 2013, trabalhos em mais 7.500 km.

Das cerca de 1.500 pontes que compõem a rede fundamental de estradas, cerca de 500 encontravam-se parcialmente ou totalmente destruídas em 2004. Desde então, cerca de 400 foram construídas ou recuperadas, eliminando-se assim uma importante barreira à circulação de pessoas e bens.

As cidades angolanas têm sofrido um crescimento muito rápido e, em muitos casos, desorganizado, tendo-se expandido sem a construção das infra-estruturas adequadas e para áreas de difícil acesso de viaturas (sendo exemplo disso os musseques em áreas elevadas/montanhosas).

A falta de pavimentação, aliada à escassez de sistemas de escoamento de águas, resulta em situações de impossibilidade de circulação em muitas zonas das cidades durante a época chuvosa. No interior do país, a falta de vias de acesso, acresce o problema da presença de minas em algumas áreas.

1.6.2 Infra-estruturas de transporte ferroviário

A rede ferroviária angolana é composta por 3 linhas: Luanda, Benguela e Moçâmedes. Actualmente, estão em curso importantes esforços na recuperação dos troços já existentes e também ao nível do aumento da extensão de algumas linhas com vista ao desenvolvimento de novos pontos de conexão internacional.

A linha de Luanda, que liga a capital à cidade de Malanje, estende-se por 479 km, incluindo pequenos ramais. A sua reconstrução terminou em 2010 e, actualmente, já se verifica o transporte regular de passageiros e carga nesta linha.

A linha de Benguela apresenta uma extensão de 1.336 km, encontrando-se já reabilitados quatro ramais:

Benguela - Lobito, até Negrão;

Huambo - Lobito;

Huambo - Bié;